

A ECONOMIA SOLIDÁRIA NA REGIÃO CENTRAL DO PARANÁ: possibilidade para o desenvolvimento local

Marcos Antonio Queiroz¹

O intuito central do trabalho que por ora apresentamos, vem da necessidade de se pensar propostas para diminuir o processo de esvaziamento populacional existente em municípios com pequenos núcleos urbanos existentes na região central do Paraná, particularmente no município de Novas Tebas- Pr. Não obstante, o fato de conhecermos que vivemos em uma sociedade, na qual o processo que impulsiona a história, não se dá senão, pela luta de classes, não podemos compreender a realidade objetiva, se postulamos uma neutralidade científica. Para tanto, discutiremos questões relacionadas a importância da economia solidária da atualidade bem como a possibilidade de ser uma alternativa para diminuir a evasão populacional nos pequenos núcleos urbanos de municípios socialmente críticos como Nova Tebas, região central do Paraná.

Palavras-chave: Economia Solidária. Cooperativismo. Nova Tebas.

Introdução

De acordo com Cruz (2004), a economia solidária dentre os economistas, é diferente daquela apresentada nas ciências sociais, nas quais sociólogos e antropólogos vêm se debruçando sobre o tema, explorando-o sob a perspectiva de suas disciplinas. Na visão dos sociólogos e antropólogos a economia solidária é um fenômeno social que circunda um fenômeno econômico. As suas análises vêm descrevendo a trama das relações que cercam iniciativas das mais variadas nuances: cooperativas tradicionais ou autogestionárias, empresas de co-gestão e autogestão, redes de trocas, associações de produção e comércio, crédito cooperativo, ações de apoio à economia popular (o chamado “Terceiro Setor”), enfim, uma gama estritamente variada de formas de organização e ações sociais que originam, no mais das vezes, organizações e ações de caráter econômico.

Porém, muitos economistas vêm sendo surpreendidos pelo tema. Esses pesquisadores em grande maioria, estão dispostos a discutir os temas da macroeconomia, tomando em consideração as ferramentas de ajuste e de ação de um poder institucional superior, como o Ministério da Fazenda ou um Banco Central. Ou para os pesquisadores da microeconomia, as

¹ Professor de Geografia na rede estadual de ensino do Paraná – marcos.queiroz@escola.pr.gov.br

formas e impactos específicos dos fenômenos econômicos a partir das bases convencionais das empresas capitalistas.

Assim é importante ter em mente que por trás de tal paradigma, é de suma importância definir os principais autores que estudam essa nova expressão da realidade e se de fato existe realmente uma economia solidária. Será que ela é um fenômeno econômico ou uma espécie de movimento social? Tais indagações são realizadas por Cruz e cremos também ser importante submeter tais indagações a nosso crivo, pois a partir do momento que analisamos, podemos compreender tal fenômeno como também ter uma nova conotação do que vem a ser a economia solidária.

Quanto aos teóricos que fundamentam epistemologicamente essa área disciplinar podemos citar Karl Marx que contribuiu com a economia Solidária ao destacar a importância do cooperativismo na construção de uma nova sociedade. Para Marx, as cooperativas foram a primeira ruptura na forma de produção capitalista.

Em sua análise sobre o papel do crédito na produção capitalista, Marx afirmou:

As fábricas cooperativas dos próprios trabalhadores são, dentro da antiga forma, a primeira ruptura da forma antiga, embora naturalmente, em sua organização real, por toda parte reproduzam e tenham de reproduzir todos os defeitos do sistema existente. Mas a antítese entre capital e trabalho dentro das mesmas está abolida, ainda que inicialmente apenas na forma em que os trabalhadores, como associação, sejam seus próprios capitalistas, isto é, apliquem os meios de produção para valorizar seu próprio trabalho. (O CAPITAL, vol III, cap. 27).

Na América Latina, vários autores vem defendendo a Economia Solidária ao longo das duas últimas décadas, pois estão diretamente ligados, tanto na teoria quanto na prática, as iniciativas desenvolvidas na América do Sul e especialmente no Brasil, onde existe a tentativa de melhorar a vida dos mais socialmente excluídos.

Dentre os autores de referência podemos citar: José Luís Coraggio da Argentina que trabalha a economia solidária sob a perspectiva de uma economia do trabalho, Luiz Razeto do Chile que enfatiza a necessidade das empresas alternativas como meio de minimizar as desigualdades sociais e Paul Singer do Brasil que nos seus trabalhos enfoca na necessidade da criação de um socialismo autogestionário como meio de melhorar a qualidade de vida dos menos afortunados.

É importante assinalar também que a Economia Solidária em suas iniciativas, possuem elementos sociais, econômicos e políticos que as diferenciam das formas convencionais de iniciativa empresarial e podem produzir, se alcançarem uma escala significativa, efeitos igualmente diferenciados sobre o conjunto da economia.

Economia Solidária e o vislumbrar da solidariedade como meio de inclusão social

Uma vez que a economia solidária, na visão de Razeto, é uma busca por uma nova estrutura de sociedade que seja capaz de constituir uma nova relação estrutural entre economia, política e cultura, a solidariedade é de suma importância, pois a mesma pressupõe uma dependência recíproca, onde todos possam ser beneficiados pelo comprometimento ético de trabalhar em prol do desenvolvimento econômico de seus pares.

De acordo com Razeto:

La economía de solidaridas rescata una concepción del hombre como persona libre abierta a la comunidad, sujeto de necesidades y aspiraciones de personalización en las dimensiones personal y comunitaria, corporal y espiritual de su naturaleza constituyente, capaz de actuar conforme a valores superiores, que no busca únicamente su utilidad individual sino que también ama a sus semejantes y se abre a sus necesidades, que se preocupa del bien común se proyecta a la trascendencia (RAZETO, 1997, p.24).

Pela perspectiva da economia solidária, o vínculo social estabelecido entre os cooperados não é apenas contratualmente definido e utilitarista como na sociedade capitalista tradicional. Este vínculo social se constrói cotidianamente por meio de relações mútuas de confiança que nascem entre os membros de um grupo, na sua comunidade, construindo gradualmente uma sensibilidade humana cada vez mais solidária e cooperativa.

De acordo com o Sistema Nacional de Informações Economia Solidária (SIES), citado por Culti (2010), a solidariedade é considerada como um sentimento de responsabilidade para com a comunidade. A economia solidária segue essa lógica, por apresentar sensibilidade e preocupação com a melhoria das condições de vida de seus participantes, comprometimento com o meio ambiente saudável e com a comunidade.

No entanto percebe-se que as atividades de sobrevivência dos mais pobres reinventam relações comunitárias abrindo espaço para a solidariedade, sendo este um agente de

transformação da realidade social para aqueles que estão a margem do desenvolvimento econômico.

Contudo, de acordo com o levantamento de dados para a realidade nacional, elaborado pelo SIES e composto por 72 questões, quando perguntado sobre os empreendimentos e a relação ou participação de movimentos sociais e populares no Paraná, de um total 808 empreendimentos, 426 empreendimentos participam de movimentos sociais e 382 empreendimentos não participavam de nenhum tipo de participação em movimentos sociais e populares.

Desses 426 empreendimentos, 197 atuam em movimentos comunitários, 147 em movimento de luta pela terra e agricultura familiar, 107 pelo movimento ambientalista, 97 participam de movimento sindical urbano ou rural.

Portanto, percebemos que os empreendimentos econômicos solidários vêm as relações sociais de uma outra forma, não tão economicista como o capitalismo nos apresenta.

A economia solidária, na visão de Lisboa (2003) conjuga de forma inovadora os dois sentidos do econômico: o substantivo e o instrumental, não se tratando apenas de um cruzamento de lógicas (da competição e da solidariedade) na reformatação da lógica mercantilista numa nova lógica econômica, construindo uma ponte entre o econômico e social, possibilitando uma reforma social, com o intuito de atingir mesmo que utopicamente uma sociedade mais justa.

Assim, para efetivamente se configurar uma outra economia não é suficiente apenas a organização autogestionária. A economia solidária não diz respeito somente à processos organizativos intra-econômicos, nem aponta somente para o Estado ou para processos políticos, em que pese estes serem fundamentais para a socioeconomia solidária. Esta é outra característica bem conhecida da economia solidária enquanto um movimento social: tratam-se de atividades que simultaneamente articulam tanto a luta política quanto a geração de renda, repondo a economia política negada pelos neoclássicos reformadores do capitalismo que impera na sociedade atual.

Enquanto na empresa capitalista, os empregados ganham salários desiguais, conforme uma escala que reproduz aproximadamente o valor de cada tipo de trabalho determinada pela

oferta e demanda do mercado de trabalho, na empresa solidária de acordo com Singer (2002), os sócios não recebem salário mas retirada, que varia conforme a receita obtida. Os sócios decidem coletivamente, em assembleias, se as retiradas devem ser iguais ou diferenciadas.

Portanto, de acordo com Culti (2010) os empreendimentos econômicos que compõem a economia solidária, são unidades coletivas formais ou informais constituídas que devem proporcionar excedente econômico com vistas à melhoria de vida dos trabalhadores de deles participam.

Uma vez que a viabilidade econômica pode ser focalizada no desenvolvimento local e regional de espaços deprimidos economicamente, novamente Culti (2010) nos diz que esses empreendimentos estão desempenhando um papel importante no caminho da sustentabilidade:

O desenvolvimento local integra os recursos que existem no território, a cultura da comunidade e as instituições. A economia local se dinamiza e fortalece quando as pessoas e instituições interagem e o resultado é a criação de riqueza, a geração de trabalho e renda e a melhoria do bem-estar e da qualidade de vida. O fluxo financeiro circula em grande medida no próprio território e volta a ser investido ali mesmo, gerando novas oportunidades de desenvolvimento. (CULTI, 2010, p.82).

Considerando que para o Estado do Paraná a grande maioria dos empreendimentos econômicos solidários estão localizadas em áreas urbanas, é imperativo que as áreas rurais também sejam dotadas de políticas de auxílio ao seu desenvolvimento.

Economia Solidária e Políticas Públicas

Desde as suas origens, no século XIX, o pensamento associativista e a prática cooperativista desenvolveram-se como alternativas tanto ao chamado individualismo liberal quanto ao socialismo centralizado.

O associativismo como teoria social, é baseado em dois postulados: por um lado, a defesa de uma economia de mercado pautada nos princípios não-capitalistas de cooperação e mutualidade e, por outro, a crítica ao Estado centralizado e a preferência por formas de organização políticas pluralistas que deram um papel central à sociedade civil.

Historicamente o Estado brasileiro não cumpriu sua função distributiva e não conduziu a economia nacional na direção da inclusão social. Até a década de 1970, acreditava-se que o desenvolvimento das forças produtivas e a industrialização iriam trazer naturalmente a redistribuição de renda e a incorporação dos homens ao mundo do

assalariamento. A partir da década de 1980, estava claro que era possível conjugar crescimento econômico e aumento das desigualdades sociais, era imperativo formular estratégias de desenvolvimento com inclusão social. Para essa finalidade a Constituição de 1988 preconizou a montagem de um complexo sistema de proteção e participação social que amadurece e se consolida.

No entanto diversas foram as dificuldades do Estado em promover tanto o desenvolvimento quanto a distribuição de renda e inclusão social. O poder público também teve uma baixa capacidade de gestão e condução de políticas que constantemente opta por descentralizar suas ações ou desresponsabilizando de suas atribuições, sem proporcionar parâmetros gerais para a convergência das múltiplas ações que fomenta ou financia.

Portanto, é nesse contexto que a economia solidária (ecosol) se desdobra. Com uma concepção autonomista, democrática e participativa, pode-se dizer que a Ecosol, desloca a idéia de emprego e a substitui pela de trabalho, relativizando a estrutura dos valores capitalistas e a gestão burocrática das políticas. Assim, a Ecosol desempenha a função de elo entre políticas públicas (Estado), comunidades e os mercados. Porém, é possível caracterizar dois tipos de interpretação, fortemente contrastantes, acerca do que é a economia solidária enquanto parte das políticas públicas.

Dentre as concepções políticas de economia solidária a interpretação denominada utilitarista aceita, implicitamente, que as políticas relacionadas à economia solidária são obrigações devidas ou pelo Estado contemporâneo a seus cidadãos ou pela sociedade civil organizada, ambos tratando de dinamizar empreendimentos que garantam renda ou trabalho.

Já a outra interpretação denominada solidarista (ou comunitarista) está mais de acordo com tudo o que se observa acerca dos princípios da economia solidária. Afirma que esta é um espaço de mediação entre Estado, mercado e a comunidade, não sendo um campo a serviço exclusivo de um ou de outro, mas que se nutre das energias dinâmicas de ambos, trilhando os caminhos para a autonomia. Portanto, sua função enquanto rede institucional não poderia identificá-la com políticas estatais de cunho compensatório, nem com a inclusão pelo assalariamento ou pelo mercado.

A Integração em Redes Solidárias

A grande novidade nos anos 1990 sobre as práticas de economia solidária, é de acordo com Mance (2000) a progressiva conscientização da importância da organização de redes para o sucesso de empreendimentos. A noção de rede coloca a ênfase nas relações entre diversidades que se integram, nos fluxos de elementos que circulam nessas relações, nos laços que potencializam a sinergia coletiva.

A rede de colaboração solidária integra grupos de consumidores, de produtores e de prestadores de serviço em uma mesma organização, onde todos se propõe a praticar o consumo solidário, isto é, comprar produtos e serviços da própria Rede para garantir trabalho e renda aos seus membros e para proteger o meio ambiente. Por outro lado, uma parte do excedente obtido pelos produtores e prestadores de serviços com a venda de seus produtos e serviços na rede é reinvestido na própria rede para gerar mais cooperativas, grupos de produção e microempresas, a fim de criar novos postos de trabalho e aumentar a oferta solidária de produtos e serviços.

Conforme Mance (2000), economicamente, o sucesso das redes pode ser considerado pela difusão do consumo e labor solidários. O consumo solidário significa selecionar os bens de consumo ou serviços que atendam nossas necessidades e desejos visando tanto realizar o nosso livre bem viver pessoal, quanto promover o bem viver dos trabalhadores que elaboram aquele produto ou serviço, como também manter o equilíbrio dos ecossistemas.

Para o desenvolvimento de tais redes, o clube de trocas solidárias funciona como um mecanismo de capitalização através da permuta de bens, serviços enfim, tudo que existe na economia formal. A genealidade está na forma do intercâmbio sócio-econômico, no mecanismo multi-recíproco utilizado para fazer as trocas, no qual um grupo de indivíduos se reúne para realizar trocas e para isso emite uma moeda, que somente tem valor e aceitação no grupo. Também é formada uma espécie de comissão que funciona como coordenadora do processo, fazendo o papel de banco central dessa moeda solidária. A coordenação é responsável pela emissão, distribuição, controle e escrituração da moeda. Quando uma pessoa adere um clube, ela recebe uma quantidade de moeda solidária o que equivale a uma quantidade de crédito obtido junto ao grupo. De posse dessa moeda pode transacionar dentro do grupo: comprar e vender. Logo, o clube de troca é um mecanismo de crédito e capitalização dos micros e pequenos empresários do setor formal e informal.

Portanto, a rede de tocas ou o clube de trocas, como também pode ser chamado, é uma organização que promove o intercâmbio de produtos e serviços entre as pessoas, onde se privilegiam os valores humanos e sociais sobre a especulação e as condições materiais do capitalismo.

Desse modo, quanto mais essas redes crescem distribuindo renda com a justa remuneração do trabalho solidário, maiores são o conjunto por elas atendidas, gerando novas oportunidades de trabalho e ampliando ainda mais a distribuição de renda.

Fundamental para analisar o processo de evasão populacional, no município de Nova Tebas diz respeito ao número de estabelecimentos que o mesmo apresenta. De acordo com a Tabela 1, podemos inferir que o município de Nova Tebas apresentou no ano de 1996 um total de 1.207 estabelecimentos.

De um total absoluto, de 1.207 estabelecimentos, 579 ou 47,98% tinham até 10 hectares, porém no ano de 2006 houve um aumento no número de estabelecimentos até 10 hectares passando para 53,34%, isso num primeiro momento parece que houve uma maior distribuição de estabelecimentos.

Porém quando analisamos a área dos estabelecimentos esses mesmos 720 produtores tem 3.213 hectares, já os fazendeiros que apresentam mais de 1000 há no respectivo município são em número de quatro proprietários e somam uma área total de 3.957 hectares.

Tabela 1 - Município de Nova Tebas, Número de Estabelecimentos em 1996 e 2006

	Estabelecimentos / 1996	%	Estabelecimentos/ 2006	%
Até 10 há	579	47,98%	720	53,34%
De 10 a 100 ha	536	44,40%	513	38,00%
De 100 a 500 há	89	7,38%	78	5,78%
De 500 a 1000 há	2	0,16%	12	0,88%
Mais de 1000 há	1	0,08%	4	0,30%
Produtor sem área	-		23	1,70 %
Total	1.207	100	1.350	100

Fonte: IBGE, 2010
 Org: Marcos Queiroz

Quanto às atividades econômicas, a Tabela 2 nos mostra que o município apresenta 61,77% de seus estabelecimentos concentrada na pecuária, logo em seguida, com 32,45% dos estabelecimentos são ocupados por lavouras temporárias.

Tabela 2 - Nova Tebas, Estabelecimentos e Área dos Estabelecimentos, Ano 2006

Atividades econômicas	Estabelecimentos	% dos estabelecimentos	Área (ha)	% da área
Horticultura e floricultura	24	1,77 %	226	0,45
Lavoura permanente	35	2,60 %	254	0,50
Lavoura temporária	438	32,45 %	17.479	33,75
Pecuária	834	61,77 %	33.150	64,02
Pesca	2	0,14 %	X	1,00
Produção florestal de florestas nativas	2	0,96 %	X	
Produção florestal de florestas plantadas	13	0,96 %	520	
Produção de sementes	2	0,96 %	X	
TOTAL	1.350	100	51.784	100

Fonte: IBGE, 2010
 Org: Marcos Queiroz

Isso posto, percebemos que a economia do município apresenta-se com uma grande percentagem na agropecuária. Uma análise sobre os empregos nos revelará o significado do setor terciário na economia local.

2.5.3 - Divisão de Empregos Formais em Nova Tebas

Com uma população total de 7.892 habitantes de acordo com o Censo Demográfico de 2010, tal localidade conta com apenas 88 estabelecimentos comerciais e de prestação de serviços. A análise dos empregos formais no município de Nova Tebas através da Tabela 3 nos revela que em áreas de baixo crescimento demográfico, a administração pública é o setor que mais emprega as pessoas economicamente ativas. Portanto, é importante criar formas para aumentar a renda dos habitantes de tal município.

Tabela 3 - Nova Tebas, Número de Empregos Segundo as Atividades Econômicas, 2009

Indústria	%	Serviços	%	Comércio	Adm. Pública	%	Agrop.	%	Total
1	0,22	42	9,10	60	295	63,85	64	13,85	462

Fonte: IBGE, 2010

Org: Marcos Queiroz

No intuito de não apenas traçar os parâmetros econômicos, colocaremos em evidência, os aspectos sociais do município, preocupação e motivação central da pesquisa.

2.5.4 - Indicadores Sociais no Município de Nova Tebas

O município de Nova Tebas, por fazer parte dos municípios socialmente críticos, apresenta dados estatísticos que comprovam tal situação de letargia. Para o município, o índice de Gini², no ano de 1991 era de 0,490, porém para o ano de 2000 esse índice vai para 0,570. Portanto, percebe-se nitidamente que o município ao longo da década de 1990 teve uma concentração de renda por parte da população mais abastada.

Já quanto a situação de pobreza, tendo a renda familiar como um referencial analítico, percebe-se que o município, ano de 2000 apresentava 2.492 famílias vivendo com até meio salário mínimo. Assim, a taxa de pobreza no início do século era de 47,4% em contraposição, no mesmo período para o estado do Paraná, a taxa de pobreza era de 20,9%.

Portanto, o município de Nova Tebas e sua região apresenta algumas peculiaridades. A primeira que assinalamos é o baixo IDH-M (Índice de Desenvolvimento Humano Municipal) que caracterizam este e outros municípios da região central do Paraná. A segunda diz respeito a particularidades demográficas, como o fato de que em Nova Tebas o maior percentual da população ainda é rural, contrariando a média brasileira de urbanização. Outra tendência demográfica do município que chama a atenção é que Nova Tebas, apresenta uma taxa de declínio populacional em torno de -6,70%, sendo o município paranaense que mais perdeu habitantes no período 1991-2000.

² Este índice mede o grau de concentração de uma distribuição, cujo valor varia de zero (perfeita igualdade) até um (desigualdade máxima)

Com um IDH-M considerado baixo (0,689), segundo dados do IBGE (2000) apresenta 54% de sua população abaixo da linha de pobreza, o índice mais alto de toda a mesorregião norte central, ocupando também o primeiro posto com relação a intensidade da pobreza, apresentando uma porcentagem em torno de 55% da população abaixo da linha de pobreza. Como assinalado no parágrafo anterior, um aspecto curioso relacionado ao município, diz respeito ao fato de que grande parte da sua população está localizada na zona rural, apresentando uma taxa de urbanização em torno de 33,39%. Estes dados remetem a questionamentos, como os seguintes:

- Como diminuir essa perda populacional para outras partes do território brasileiro?
- Como promover um desenvolvimento local sustentável para esse município de forma que tanto a zona rural, como a zona urbana possam melhorar a qualidade de vida de seus munícipes?

Estas são questões que devem pautar não só políticas sociais, mas na medida em que devem estar dirigidas para um tipo específico de espaço, devem ser políticas claramente territoriais.

Pelos dados trabalhados até o momento, podemos perceber que o município de Nova Tebas bem como a região central, são realmente espaços socialmente vulneráveis e demandam a implantação de medidas que diminuam o processo de evasão populacional e que melhorem a qualidade de vida, dos seus munícipes. É imperativo, que conquistas materiais em relação a melhorias na condição de vida possam alcançar também estes espaços isolados, não metropolitanos, polarizados por pequenas cidades.

Aspectos Socioterritoriais e Tipologia do Empreendimento Econômico Solidário

A economia solidária no Brasil, é formada por empreendimentos econômicos solidários, organizados sob a forma de autogestão que por sua vez, realizam atividades de produção de bens e de serviços, crédito e finanças solidárias, comércio e consumo solidário (CULTI et all, 2010, p. 27). No entanto, de acordo com o SIES (2005, p. 11-12) tais empreendimentos são organizações coletivas, suprafamiliares, singulares e complexas: cooperativas, associações, empresas autogestionárias, grupos de produção, clubes de troca, redes e centrais, cujos participantes ou sócios são trabalhadores (as) do meio urbano ou rural que exercem coletivamente a gestão das atividades, bem como a distribuição dos resultados.

O estudo sobre tipologias dos empreendimentos econômicos solidários no Brasil, buscou identificar por meio de uma metodologia de análise multivariada, o perfil aproximado desses empreendimentos econômicos solidários de forma a retratar a economia solidária, buscando identificar grupos e tipologias por regiões e estados brasileiros. A análise do estudo, foi dividida em seis dimensões que apresentamos a seguir: dimensão de organização dos empreendimentos econômicos solidários, dimensão de atividade econômica, dimensão de gestão financeira e administrativa, dimensão de situação de trabalho e sociopolítica nos empreendimentos.

Assim, o nosso objetivo nesse tópico, é mostrar a luz da tipologia como a Cooperativama se enquadra quanto a essas seis dimensões, dando ênfase a região Sul e o Estado do Paraná. Esse será nosso recorte espacial para a análise das tipologias dos empreendimentos solidários.

O Nordeste brasileiro com 9.498 empreendimentos ou 43,5% é a macrorregião com maior número de associados e cooperados. Logo em seguida a região Sudeste com 3.983 ou (17,9%) empreendimentos ocupa a segunda posição. Em terceiro lugar fica a região Sul com 2.656 ou 16,4% em quarto lugar temos o Norte com 3.918 empreendimentos ou 12,1% e por último temos a região Centro-Oeste com 2.212 ou 10,1 % dos empreendimentos tabulados na análise.

Portanto, passaremos agora para a análise pormenorizada das tipologias para a região Sul, focalizando especialmente a realidade paranaense e demais estados sulistas.

Quanto a dimensão de organização dos EES, estas estão subdivididas em três categorias que se seguem:

Grupo/tipologia 1: onde reúne o grupo com EES mais jovens, a maioria surge entre 2003 e 2007, em sua maioria são grupos informais e localizados em áreas urbana, onde aproximadamente metade é composto de até dez sócios.

Grupo/tipologia 2: tal grupo é formado por EES de todas as idades, sendo os mais jovens mais comuns, composto por cooperativas e associações, localizadas em áreas rurais e urbanas. Apresentam tamanhos variados em relação ao número de sócios, com até dez sócios (pouco maior que as demais categorias).

Grupo/ tipologia 3: é o grupo onde estão os EES mais antigos, a maioria surge até 1999, todos funcionando com associações e localizados somente em áreas rurais. Neste grupo é maior a informação de não declarar ter sócios, ou de ser um EES com 21 a 50 sócios.

Para a região Sul a tipologia 1 se apresenta com maior número de EES, que agrega os EES urbanos, mais jovens, informais e com menos sócios. Porém quando se observa o Estado do Paraná também constatamos que a tipologia 1 é dominante, mas para o distrito de Poema, percebemos que embora o levantamento de campo tenha terminado em 2007 e ela tenha se formalizado no ano de 2008, a mesma, não participou do montante de empreendimentos analisados para a formação das tipologias, mas o empreendimento da Cooperatvama pode ser enquadrado naquele de tipologia 2, onde se inserem os empreendimentos de todas as idades.

Quanto à dimensão de atividade econômica dos EES, estas se objetivaram a identificar características das atividades produtivas principalmente: tipo de atividade econômica, forma de comercialização, destino da produção e espaços de comercialização utilizados. Para essa dimensão foram criadas outra tipologia baseada em dois grupos:

Grupo/ tipologia 1: é o grupo que reúne os EES que só faz venda direta ao consumidor por meio de comércio local ou comunitário;

Grupo/ tipologia 2: é o grupo de EES cuja forma de comercialização está dividida em grande parte, entre venda aos revendedores e atacadistas e venda direta.

Para a região Sul, a tipologia 2 é aquela que apresenta a maior percentagem, pois mais da metade ou 58,1% pertencem a essa categoria. Porém, no Estado do Paraná, a tipologia 1 é aquela que se sobressai com 51,6%. Já no caso da Cooperatvama, através de programas tais como o PAA, percebemos que a tipologia 2 é a que sobressai, pois o PAA é um programa de aquisição de alimentos que compra de produtores familiares organizados em cooperativas e posteriormente faz a doação simultânea a instituições isto que, antecipando recursos aos produtores com compra direta revendendo o produto para os Ceasas.

A dimensão de gestão financeira teve entre as variáveis: a origem dos recursos iniciais da atividade, dificuldades na comercialização, investimentos, acesso a crédito, financiamentos e apoio, assessoria e capacitação.

Assim, sua caracterização também apresentou outra tipologia diferenciada:

Grupo/tipologia 1: é o grupo dos EES em que todos realizaram investimentos nas áreas de infraestrutura e equipamentos em maior quantidade;

Grupo/tipologia 2: é o grupo dos EES que não realizaram investimentos e não tiveram acesso a crédito.

Por ser uma região desenvolvida, o Sul com 54,9% dos seus empreendimentos configurou a tipologia 2, o Paraná com 61,6% também ficou lotado nessa tipologia, porém o empreendimento de Poema, não participa de nenhuma dessas categorias, pois além de não ter poder aquisitivo para investir com uma maior quantidade de verbas em sua cooperativa, também não tem acesso a créditos.

A dimensão de gestão administrativa, avaliou as instâncias de direção dos sócios, formas de participação nas decisões, periodicidade das reuniões coletivas e os resultados financeiros dos empreendimentos.

Novamente dois grupos foram identificados:

Grupo/tipologia 1: nesse grupo, enquadraram os EES com mecanismos de direção e decisão muitos simples.

Grupo /tipologia 2: compreende os EES com maior complexidade organizacional.

Para a região Sul, 51,3% dos empreendimentos pertencem a tipologia de mecanismos de direção e decisão simples, haja visto que são em geral empreendimentos jovens, informais e com menor número de sócios. O estado do Paraná com 62,5% também se enquadrou na tipologia 1. Para o distrito de Poema, a tipologia 2 é a mais adequada para a localidade, pois apresentam um empreendimento com maior complexidade organizacional.

A dimensão de situação de trabalho foi aquela que apresentou a maior subdivisão. O estudo pretendeu identificar a situação de trabalho levando em conta a relação de associado e não associado trabalhando diretamente no empreendimento.

Grupo/tipologia 1: Possui sócios trabalhando diretamente na atividade com remuneração fixa e a maioria dos EES não possui não sócios trabalhando.

Grupo/tipologia 2: Possui sócios trabalhando diretamente na atividade, sendo remunerados por produtividade, por hora de trabalho e de outras formas. A maioria absoluta dos EES não possui não sócios trabalhando.

Grupo/tipologia 3: Possui sócios trabalhando diretamente na atividade, mas a maioria dos EES não tem conseguido remunerá-los. A maior parte dos EES não possui não sócios trabalhando.

Grupo/tipologia 4: Possui sócios e não sócios trabalhando diretamente na atividade, sendo os sócios remunerados por produtividade.

Grupo/tipologia 5: Possui sócios e não sócios trabalhando diretamente na atividade, mas a maior parte dos EES não tem conseguido remunerar os sócios.

Grupo/tipologia 6: Não possui sócios trabalhando diretamente na atividade e todos os EES têm não sócios trabalhando.

A região Sul com 57,4% dos seus sócios ficaram concentrados na tipologia 2, o estado do Paraná com 60,1% também teve maior concentração na tipologia 2. Por consequente a Cooperatvama também teve o seu empreendimento listado nessa categoria, pois não tem presença de trabalhadores não sócios e reúne sócios que trabalham diretamente nas atividades com remuneração por produtividade.

Por último, mas não menos importante temos a dimensão sociopolítica que procurou identificar o envolvimento dos representantes associados dos empreendimentos em atividades sociais e em redes de EES.

A distribuição das tipologias seguem distribuídas da seguinte maneira:

Grupo/ tipologia 1: este é o grupo com maior envolvimento social;

Grupo/tipologia 2: este é um grupo de envolvimento social intermediário;

Grupo/tipologia3: este é um grupo quase sem envolvimento social.

A região Sul e o estado do Paraná, de acordo com seus empreendimentos ficaram classificados na tipologia 2, com envolvimento social intermediário. Já o distrito administrativo de Poema com a Cooperatvama, ficou classificado na tipologia 1, pois grande parte de seus cooperados participam ativamente da vida social do empreendimento.

Assim, o SIES, no seu último mapeamento cobriu 52% dos municípios brasileiros e levantou dados sobre 21.859 empreendimentos e uma população de 1 milhão e 687 mil homens e mulheres.

Alcances da Economia Solidária no Distrito Administrativo de Poema - Nova Tebas PR

O Núcleo/Incubadora Unitrabalho da UEM, começou seus trabalhos no distrito administrativo de Poema no segundo semestre de 2007, através do projeto intitulado “Proposta multidisciplinar de apoio ao desenvolvimento sustentável: cooperativismo e associativismo estimulando a produção do maracujá orgânico na agricultura familiar. Esse projeto temo como objetivo central fazer a ponte entre o desenvolvimento local em municípios com baixo Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) e a atuação do Estado paranaense nesses locais através do Programa de Extensão universitária Universidade Sem Fronteiras- SETI/PR.

É importante salientar, que a equipe técnica auxiliar contou com dois bolsistas recém-formados, e dois alunos de graduação. O ingresso de alunos recém-formados e de graduação, tinha como objetivo, desenvolver as atividades práticas pertinentes ao projeto, ensinando a tais profissionais, o trabalho de pesquisa e extensão, ou seja, levando o conhecimento científico acumulado na teoria e na academia, até a sociedade que necessita de tal conhecimento.

Após o término do projeto e visando dar continuidade aos trabalhos iniciados nessa região, o Núcleo/Incubadora Unitrabalho da UEM, incluiu o distrito de Poema/PR entre os 18 empreendimentos arrolados no projeto denominado “Ampliação da atuação da incubadora de empreendimentos econômicos solidários- Unitrabalho/UEM. Esse projeto, também é coordenado pela economista e doutora Maria Nezilda Culti e financiado pelo Ministério de Desenvolvimento Social e Combate a Fome com início em 2008 continua, juntamente com o projeto Maraleite ³, dando suporte técnico para estes produtores de maracujá orgânico.

O projeto denominado Maraleite, foi criado no âmbito da necessidade de construção de redes sociais onde os projetos semelhantes teriam como fulcro principal se conhecerem e compartilhar as experiências positivas e por que não negativas, quanto aos seus empreendimentos. Assim com esse novo projeto, inicia-se a integração e trocas de

³ Formação de Empreendimentos Associativos de Autogestão de Produtores Familiares de leite e de Maracujá Orgânicos: Geração de Renda e Assistência Técnica nas regiões Central e Noroeste do Estado do Paraná

experiências entre produtores de maracujá orgânico das regiões central “Nova Tebas” e noroeste do Paraná “Peabiru, Quinta do Sol e Paracity”.

Quanto especificamente ao município de Nova Tebas, uma série de esforços foram realizados para com os produtores familiares de maracujá orgânico de Poema, distrito de Nova Tebas –Pr. Foram organizadas e sistematizadas, as primeiras reuniões de sensibilização, cursos sobre economia solidária, de cooperativismo e associativismo, de gestão, de fruticultura e desenvolvimento local. Através de um plano de negócios para a atividade do maracujá orgânico e de todo o acompanhamento técnico periódico, foi possível organizar os pequenos produtores familiares em uma cooperativa. No dia 19 de setembro de 2008, constituiu-se a então denominada Cooperatvama- Cooperativa dos Agricultores das Comunidades de 300 Alqueires, Vila Rural, Água dos Martas, 1000 Alqueires e Alvorada⁴.

Nesse sentido, através de dados quantitativos, é possível demonstrar através de quadro e gráficos que se seguem, a evolução dos produtores familiares de maracujá orgânico de Poema, Nova Tebas-Pr.

De acordo com o quadro 2, podemos perceber a evolução dos produtores da Cooperatvama, quanto ao tipo de maracujá, número de produtores, produção número de pés plantados e outros mais que nos dá a certeza que o empreendimento é viável e ajuda no desenvolvimento da realidade local.

Limites no Empreendimento da Cooperatvama

Quando analisamos o crescer de um empreendimento como a Coopertavama, percebemos que o mesmo apresenta não só alcances para o desenvolvimento de uma região deprimida socioeconomicamente como a região central, como também limites.

Assim, é de fundamental importância analisar até onde esses empreendimentos da Economia Solidária, conseguem alcançar o desenvolvimento socioeconômico local e o mais significativo, alcançar uma melhoria de vida para seus produtores.

Inicialmente os empreendimentos, ainda apresentam pequenas condições de competir no mercado, uma vez que é dado valor as grandes corporações capitalistas, controladoras do

⁴ Os termos, Comunidades 300 Alqueires, Vila Rural, Água dos Martas, 1000 Alqueires e Alvorada são os diminutos povoados existentes nas regiões adjacentes ao distrito de Poema.

mercado. Iniciativas com produtos orgânicos apresentam dificuldades para se inserir em um mercado construído com interesses econômica e politicamente tão bem estruturados, porém hoje, menos do que foi.

Na realidade empírica analisada, a Cooperatvama apresenta problemas de ordem infra-estrutural, pois devido a precariedade das estradas e sua péssima conservação, o escoamento do maracujá para outras localidades se torna difícil.

Os empreendimentos da Economia Solidária, em sua grande maioria, apresentam defasagem tecnológica e precisam desenvolver inovações de produtos, processos organizacionais e de comercialização.

Essa também foi uma dificuldade notada pelos produtores de maracujá orgânico da cooperatvama, pois apresentam uma grande vontade de poder industrializar seu produto, porém a falta de recursos para a implementação de uma fábrica que despolpe o maracujá e produza o suco impede o desenvolvimento da comunidade local. Neste caso, resolvido com recursos a fundo perdido pelo projeto do MDA.

Outro entrave apresenta-se com a pequena inserção em cadeias específicas e arranjos produtivos que os auxiliem em um maior desenvolvimento. Novamente a falta de acessibilidade torna essa pequena localidade muito distante de grandes áreas consumidoras, como a região metropolitana de Curitiba e outros centros maiores, como Maringá, onde existam as Centrais de Comercialização e Centrais de Abastecimento (Ceasas), o que dificulta a comercialização do maracujá.

Identificamos, ainda, problema atinente ao fato que grande parte dos empreendimentos tem um baixo preparo técnico-profissional para lidar com a administração cotidiana e gestão a longo prazo. Trabalhar com uma cooperativa solidária requer um desenvolvimento de gestão atrelado a experiência cotidiana dos produtores envolvidos na produção. No entanto, uma vez que grande parte dos produtores tem um baixo grau de escolaridade é importante instrumentá-los para um maior desenvolvimento da cooperativa. Não é diferente na caso da Cooperatvama.

Ademais, contando com parcas economias privadas, os empreendimentos apresentam uma capitalização no curto prazo, insuficiente para o desenvolvimento pleno dos seus

cooperados, pois apenas o dinheiro recolhido entre os cooperados não dá sustentação para todas as necessidades que uma produção orgânica necessita tal como: roçadeiras para retirar os entulhos da plantação e produtos orgânicos para a melhoria da qualidade do maracujazeiro, e adubos orgânicos para o desenvolvimento dos frutos.

As esferas governamentais também causam dificuldades aos empreendimentos, pois as questões burocráticas impedem um desenvolvimento maior dos produtores que muitas vezes não tem o mínimo preparo para resolver os problemas que as cooperativas enfrentam ao longo dos anos.

Quando analisamos as esferas governamentais, é importante que os empreendimentos tenham uma maior vinculação com as possibilidades de iniciativas locais de desenvolvimento e não apenas com objetivos políticos eleitorais que se estendem ao longo e após os mandatos de prefeitos. Portanto em certas espacialidades, como aquela que estudamos, existem apenas interesses eleitorais, deixando a comunidade local desamparada politicamente quando entram no governo, não fazendo nada para a melhoria da qualidade de vida das pessoas. Portanto, os produtores de maracujá em Poema, não contavam até a pouco tempo com o apoio da prefeitura para desenvolver a produção orgânica. A competição é muito grande, uma vez que o município apresenta três distritos administrativos, percebe-se que a distribuição de verbas para os mesmos é diferente, uma vez que Poema não apresenta um grande contingente populacional, as verbas ficam centralizadas na sede urbana e do distrito de Catuporanga que apresenta um contingente populacional maior.

Dentre outras dificuldades que o empreendimento apresenta, temos aquele relacionado ao pessoal técnico para auxiliar na produção orgânica do maracujá. Uma vez que essa produção precisa de cuidados maiores, pois não utiliza adubos da produção convencional, os produtores necessitam de pessoal qualificado para auxiliá-los. Assim, se torna premente técnicos e engenheiros agrônomos que saibam trabalhar com a produção orgânica dando assistência técnica para esses produtores.

Essas são algumas das dificuldades que a população local apresenta para o desenvolvimento e melhoria do empreendimento existente no distrito de Poema em Nova Tebas.

Portanto, percebemos que as iniciativas locais apresentam melhorias, porém a que se pensar em propostas para as dificuldades que tais iniciativas apresentam. Assim, nada mais salutar do que a integração das iniciativas locais com o fomento de políticas territoriais para a minimização das desigualdades socioeconômicas que tais espaços em esvaziamento demográfico apresentam. Nesse sentido, felizmente a Coopertavama pode contar com as políticas públicas, tanto estadual, no caso do Programa Universidade Sem Fronteiras, como Federal, com o recurso financeiro do MDA, do Programa dos Territórios da Cidadania.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, Herton Ellery; SILVA, Frederico A. Barbosa da. Notas técnicas. **Economia Solidária: um novo paradigma de política pública?** Mercado de trabalho. Ipea 28 setembro de 2005.

Atlas da Economia Solidária no Brasil 2005. Brasília: MTE/SENAES, 2006.

CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL, promulgada em 5 de outubro de 1988.

CRUZ, Antônio. Economia solidária; a construção de um conceito e a consolidação de um novo objeto de investigação na ciência econômica. In: Cadernos de Economia- Curso de Ciências Econômicas- Unochapecó. Ano 8, n.14, jan/jun.2004.

CULTI, Maria Nezilda. **O desafio do processo educativo na prática de incubação de empreendimentos econômicos solidários**. Tese. Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo. São Paulo 2006.

CULTI, Maria Nezilda et. al. Cooperativismo Popular: um processo de (re) educação. In: **Anais do 5º Congresso Nacional de Estudios Del Trabajo**, Buenos Aires, 2001.

_____ ; KOYAMA, Mitti Ayako H.; TRINDADE, Marcelo. **Economia Solidária no Brasil: Tipologia dos Empreendimentos Econômicos Solidários**. São Paulo: Todos os bichos, 2010.

Economia Solidária: Mapeamento Sergipe. Convênio UNITRABALHO/FINEP. São Paulo; 2006.

FERREIRA, João Carlos Vicente. **O Paraná e seus municípios**. Maringá: Memória brasileira, 1996.

LÖWY, Michael. **A teoria do desenvolvimento desigual e combinado**. Actuel Marx, 1995.

MANCE, Euclides André. **Economia Solidária: um novo paradigma?**. IFIL, 2000.

MARX, Karl. **O capital**. São Paulo: Nova Cultural. 1986.

QUEIROZ, Marcos Antonio. **Desafios socioespaciais na região central do Paraná e as iniciativas locais em Nova Tebas: Alcances e Limites**. Maringá: Dissertação de Mestrado; Universidade Estadual de Maringá (UEM) 2011.

RAZETO, Luis. **Los caminos de la economia de solidaridad**. Buenos Aires: Lúmen-Hvmanitas, 1997.

SINGER, Paul. **Introdução à Economia Solidária**. São Paulo: Perseu Abramo, 2002.

POCHMANN, Marcio; AMORIM, Ricardo. **Atlas da exclusão social no Brasil**. São Paulo: Cortez, 2003.